

REVISTA “MENS JURIS”

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

NOTA PRÉVIA

A Revista “**Mens Juris**” tem como finalidade a divulgação de trabalhos originais elaborados com rigor científico. Assim, pretende-se que estes sejam pertinentes e adequados à realidade jurídica, ficando por isso sujeitos a diferentes avaliações.

POLÍTICA REGIMENTAL

§ 1 Todos os trabalhos enviados para publicação serão submetidos ao parecer do Conselho Editorial da Revista “**Mens Juris**” que funcionará, em primeira instância, autonomamente. Assim, os coordenadores das diversas áreas poderão analisar, de forma livre e independente, os trabalhos de outras temáticas com a finalidade de se obter uma avaliação imparcial quanto à pertinência e à verificação dos objetivos pretendidos.

§ 2 Os trabalhos originais, devidamente identificados com a área temática, serão enviados para o diretor da Revista “**Mens Juris**” que se encarregará de os remeter ao respectivo coordenador da área em que aqueles se inserem, bem como providenciará o envio a outros coordenadores com o objetivo mencionado no § 1.

§ 3 Os trabalhos enviados aos coordenadores não responsáveis pela temática dos mesmos serão remetidos com a ocultação do nome do autor, assegurando assim a imparcialidade da avaliação.

§ 4 Os trabalhos submetidos deverão estar de acordo com os aspetos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões aplicáveis definidos pelas normas editoriais.

§ 5 Para serem publicados, os trabalhos deverão obter pareceres favoráveis quando submetidos à apreciação do Conselho Editorial, segundo os seguintes critérios:

- Originalidade;
- Relevância do trabalho para difusão e o desenvolvimento dos conhecimentos e áreas relacionadas;
- Qualidade geral do texto (estrutura de apresentação, clareza da redação e correção gramatical);
- Metodologia (adequação e profundidade coerente na abordagem do assunto);
- Atualidade da bibliografia utilizada;
- Adequação às normas editoriais.

§ 6 Os autores, ao submeterem os seus trabalhos para publicação, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração aos direitos de autor, isentando a Revista “**Mens Juris**” quanto a qualquer responsabilidade, e estarão automaticamente a prescindir dos seus direitos de autor (a Revista “**Mens Juris**” não reterá os direitos de autor de trabalhos não publicados).

§ 7 As opiniões emitidas serão da exclusiva responsabilidade dos autores dos trabalhos, não expressando, necessariamente, a opinião da Revista “**Mens Juris**”.

§ 8 O Conselho Editorial poderá apresentar parecer favorável condicionado à reformulação dos trabalhos, bem como sugestões para reformulação dos mesmos, a fim de adequá-los às normas de correção gramatical e ortográfica e às exigências de clareza, tendo em vista torná-los acessíveis ao maior número possível de leitores.

§ 9 Os trabalhos aceites serão submetidos à revisão editorial, e qualquer proposta de modificação substancial no texto será apresentada aos autores, com exceção dos casos em que as alterações se restrinjam aos aspetos formais do trabalho.

§ 10 Os trabalhos devem ser submetidos para aprovação até dia 1 de março relativamente à edição de abril e até dia 1 de setembro para a edição de outubro.

§ 11 Os autores que não desejem redigir os seus artigos segundo as regras do acordo ortográfico deverão mencionar, expressamente, essa decisão.

NORMAS DE REDAÇÃO

Formato do documento

O artigo deve ser redigido em MS Word, versão 8.0 ou superior, com as seguintes configurações:

- folhas A4;
- orientação da página: vertical
- margens:
 - em cima – 3cm à direita / 2,5cm à esquerda
 - lateral – 2,5cm em cima / 2,5cm em baixo
- texto justificado;
- parágrafos de 1,50cm;
- 20 páginas no máximo, com 28 linhas cada, incluindo as ilustrações.

Material gráfico e ilustrações

Devem ser realizados em MS Word, versão 8.0 ou superior, com as seguintes configurações:

- fonte – *Times New Roman*
- tamanho – 8;
- duas opções de largura (8,5 cm ou 16 cm);
- a preto e branco ou a cores;
- devem apresentar-se dentro do próprio artigo;
- o título deve ser apresentado em *Times New Roman*, tamanho 8, a negro, antes da figura;
- a legenda deve ser apresentada em *Times New Roman*, tamanho 8, depois da figura;
- numeradas de forma sequencial em numeração árabe.

Estrutura do texto

Título:

fonte – *Times New Roman* a negro;

tamanho – 14;

espaçamento entre linhas (quando aplicável) – 1,5cm;

texto centrado.

Sub-título:

fonte – *Times New Roman* a negro;

tamanho – 12;

espaçamento entre linhas (quando aplicável) – 1,5cm;

texto centrado.

Corpo do texto:

fonte – *Times New Roman*;

tamanho – 12;

espaçamento entre linhas – 1,5cm;

texto justificado.

Notas de rodapé:

fonte – *Times New Roman*;

tamanho – 10;

espaçamento entre linhas – 1cm;

texto justificado.

– Página 1: Página de rosto

Título e autoria(s)

a) Título e subtítulo;

b) nome(s) e sobrenome(s) do(s) autor(es) sem abreviaturas, com a designação em nota de rodapé (Licenciado; Mestrando/Mestre; Doutorando/Doutor; Advogado; etc.);

c) contactos: endereço postal, correio eletrónico, telefone, fax, para envio de correspondência.

– Página 2 e seguintes: Capítulos e sub-capítulos

Os capítulos e os sub-capítulos devem iniciar com letra maiúscula, sendo as demais letras minúsculas.

Exemplo:

Capítulo do artigo

1. O processo executivo

(Times New Roman, tamanho 12, a negro)

Sub-capítulos do artigo

1.1. Observações prévias

(Times New Roman, tamanho 12, a negro)

1.1.1. As principais opiniões na doutrina

(Times New Roman, tamanho 12, a negro)

Numeração das páginas

Os números das páginas devem ser inseridos no canto inferior direito, em nota de rodapé, tamanho 10.

Abreviaturas, siglas e acrónimos

A utilização de abreviaturas, siglas e acrónimos deve ser restringida à forma padrão, evitando a utilização das mesmas no título. A designação completa à qual se refere uma abreviatura, uma sigla ou um acrónimo deve preceder a primeira indicação destas no texto, a não ser que se trate de uma unidade de medida padrão. Não utilizar pontos nas siglas (exemplo: UE em vez de U.E.).

Unidades de medida

Deve ser usado o Sistema Internacional de Medidas. As medidas de comprimento, altura, peso e volume devem ser expressas em unidades do sistema métrico (metro, quilograma ou litro) ou seus múltiplos decimais. A temperatura deve ser expressa em graus Celsius. Deve ser deixado um espaço entre os numerais e as unidades de medida que serão reproduzidas sempre em minúsculas.

Exemplo:

3,5 m ; 100 km² ; 25 l

Fórmulas e equações

As equações e as fórmulas devem ser colocadas numa nova linha e centradas em relação ao texto.

Exemplo:
$$X + Y = Z$$
Apresentação de datas

A menção a datas de elevada grandeza cronológica, tais como II milénio, século X, segundo quartel do século XV, não referindo especificamente o ano, seguirá o sistema tradicional português de a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

Numerais

Os números, quando não forem seguidos por unidades de medida, deverão ser apresentados por extenso, de primeiro a nono e de um a nove (inclusive), e por algarismos a partir deste último número.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências e as citações bibliográficas devem ser elaboradas de acordo com as normas ISO 690-I, de 15 de Agosto de 1987, 690-II, de 15 de Novembro de 1997.

Autorias**Até três autores**

Quando o número de responsáveis da obra não excede os três, indicam-se todos, pela ordem de apresentação na obra.

JANUÁRIO, Rui, FIGUEIRA, André, *Eutanásia: direito a morrer ou dever de viver*, Edições Quid Juris, 2009.

Mais de três autores

Quando o número de responsáveis da obra excede os três, indica-se o nome do primeiro, seguido de vírgula e a expressão et al.

FERREIRA, Bruno Bom, et al., *Eutanásia*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2010.

Coletividades

Quando aparece uma menção de responsabilidade, de uma pessoa coletiva, a referência deve ser feita conforme aparece na obra.

NATO, *NATO at a glance: a factual survey of issues and challenges facing the Alliance at the end of the 1990s*, Brussels: NATO, 1996.

Autores espanhóis

Os autores espanhóis devem ser referidos pelo primeiro apelido.

CASADO GONZALEZ, Maria, *La Eutanasia: aspectos éticos y jurídicos*, España: Madrid: Reus, 1994.

Título e complemento de título

O título e o complemento de título devem ser reproduzidos tal como aparecem na obra. A indicação ao complemento de título deve ser feita depois da menção ao título, precedido por dois pontos e um espaço.

BRITO, Lopes, RIJO, Lopes, *Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal: Direito Sobre a Vida ou Direito de Viver?*, Almedina, 2000, p. 139.

Edição

Deve-se indicar o número de edição da obra (à exceção da primeira edição) e utilizam-se abreviaturas normalizadas e números árabes.

VARELA, João de Matos Antunes, *Das obrigações em geral*, 10ª ed., revista e atualizada, Coimbra: Almedina, 2000.

Local de edição

O local de edição deve ser mencionado e escrito na língua original do documento, tal como aparece na obra.

Vários locais de edição

Se a fonte indica a existência de vários lugares de edição, devem ser referidos tal como aparecem na obra, separados por ponto e vírgula.

GOLITSYN, Anatoliy, *The Perestroika deception: memoranda to the Central Intelligence Agency*, 2nd ed. London; New York: Edward Harle, 1998.

Caso a fonte indique mais do que três locais de publicação, deve ser feita a menção do primeiro local (ou o mais destacado) seguido da expressão etc. entre parênteses retos.

HICKS, Michael J, *Problem solving in business and management: hard, soft and creative approaches*, London [etc.]: International Thomson Business Press, 1999.

Local de edição desconhecido

Se na fonte não for indicado qualquer local de edição, deve ser utilizada a expressão **S.l.** (Sine loco) entre parênteses retos.

HAUSER, Arnold, *Storia sociale dell'arte*, [S.l.]: Einaudi, 1955.

Editor

Nome do editor

O nome do editor deve ser mencionado tal como aparece na fonte, podendo, em alguns casos, ser referido na forma abreviada ou através de sigla ou acrónimo pelo qual seja conhecido.

BERGERÈS, Maurice-Christian, *Contentieux communautaire*, 3e éd., Paris: PUF, 1998.

GERADIN, Damien – *Trade and the environment: a comparative study of EC and US law*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Editor desconhecido

Se na fonte não houver indicação relativamente ao nome do editor, deve ser utilizada a expressão s.n. (*sine nomine*) entre parênteses retos.

DIAS, Augusto Manuel Gomes da Silva, *Os crimes de fraude fiscal e de abuso de confiança fiscal: alguns aspectos dogmáticos e político-criminais*, Lisboa: [s.n.], 1999.

Data de edição

A data de edição (ano) é transcrita tal como aparece na fonte em números árabes.

Edição em vários anos

Se uma obra for publicada em várias partes com diferentes datas de edição, deve ser indicada a data de edição do início e do fim de edição. Se a obra ainda não tiver terminado de ser publicada, deve ser indicada a data de início da edição.

PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Tratado de arquitectura hispanomusulmana*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990-1999.

Data de edição desconhecida

Se o ano de edição não puder ser determinado na fonte, pode ser substituído pela data de copyright (cop.), de impressão (imp.), de Depósito Legal (DL), ou por uma data presumida (data entre parênteses retos seguido de ?).

ALIBONI, Roberto, AMMOR, Fouad, VASCONCELOS, Álvaro de, *Intégration et sécurité dans l'espace euro-méditerranéen*, Cascais: Principia, cop. 2002.

COCKFIELD, Francis Arthur, *The European Union: creating the single market*, Chichester: John Wiley & Sons, imp. 1996.

BLANPAIN, Roger, *The Bosman case: the end of the transfer system?*, Leuven: Sweet & Maxwell, DL 1996.

MALTEZ, José Adelino, *Tudo pela Europa, nada contra a nação: doze reflexões sobre ser europeu em Portugal, na era pós-maastrichtiana*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, [1996?].

Tipos de documentos:

Monografias

Exemplo:

DIAS, Figueiredo, *Direito Penal: Parte Geral: Questões Fundamentais: A Doutrina Geral do Crime*, Tomo I, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

Contribuições em monografias

Exemplo:

MONTE, Mário, “A Relevância de Aspectos Onto-Axiológico-Normativos na Tutela Penal da Eutanásia”, in *As Novas Questões em Torno da Vida e da Morte em Direito Penal*, Faria Costa e Inês Fernandes Godinho (org.), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

Publicações em série

Exemplo:

Negócios estrangeiros, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, n.º 1 - Lisboa: Instituto Diplomático, 2001, ISSN 1645-1244.

Artigos de publicações em série

Exemplo:

BRITO, Teresa Quintela de, “Eutanásia Activa Directa e Auxílio ao Suicídio: Não Punibilidade?”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXXX, Coimbra, 2004.

Monografias eletrónicas

Deve ser indicado o dia de acesso ao sítio da Internet onde se encontra disponibilizado a monografia / texto / trabalho que se pretende referenciar.

Exemplo:

HILLMANN, Diane, *Using Dublin Core*, [Ohio]: Dublin Core Metadata Initiative, 12 April 2001, disponível em:

<http://dublincore.org/documents/2001/04/12/usageguide/>, acedido a dd/mm/aaaa.

Contribuições em monografias eletrónicas

Exemplo:

COSTA, José Gonçalves da, “O poder judicial numa sociedade democrática”, in *O poder judicial na viragem do século*, [Lisboa]: Associação dos Juízes Portugueses, 1997, disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/asjp/congresso/goncalves_costa.html, acedido a dd/mm/aaaa.

Publicações em série eletrónicas

Exemplo:

MARTINS, António Gentil, “O Médico e a Eutanásia”, in *Alameda Digital*, Ano I, n.º 4, 2006.

Artigos de publicações em série eletrônicas

Exemplo:

MCCULLOCH, Neil, WINTERS, Alan, CIRERA, Xavier, *Policies for the poor. European economic perspectives*, [October 2001], n.º 29, disponível em http://www.cepr.org/pubs/EEP/EEP29/policies_for_the_poor.htm, acessado a dd/mm/aaaa.

CITAÇÕES:

Método de autor

O primeiro elemento citado (nome e apelido do autor) é referido no texto.

Em nota de rodapé, na primeira citação, deve aparecer toda a informação relativa ao documento que se cita (nome e apelido do autor, título e eventual subtítulo, edição (caso não seja a primeira), local da edição, editora, ano, página).

Na segunda citação, deve constar apenas o nome e apelido do autor, o título da obra citada e a expressão *op. cit.* (*opus citatum/opere citato*, obra citada), bem como a página.

As referências dos documentos são apresentadas em lista bibliográfica, por ordem alfabética do apelido, seguido do nome, ano de publicação, título e eventual subtítulo, edição (caso não seja a primeira), local da edição, editora, ano.

Exemplo:

Texto

Como bem refere Robert Twycross, “[n]uma doença terminal, o objetivo principal já não é preservar a vida, mas tornar a vida que resta tão confortável e significativa quanto possível”.

Nota de rodapé (primeira citação)

ROBERT TWYXCROSS, *Cuidados Paliativos*, 2ª ed., revista e ampliada, Lisboa: Climepsi Editores, 2003, p. 26.

Nota de rodapé (segunda citação)

ROBERT TWYXCROSS, *Cuidados Paliativos*, *op. cit.*, p. 30.

Referências bibliográficas

TWYXCROSS, Robert, *Cuidados Paliativos*, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Climepsi Editores, 2003.

Nota: A Revista “**Mens Juris**” em nada se opõe à utilização de outro método de citação, desde que, evidentemente, este seja coerente ao longo de todo o trabalho.

DIREITOS DE AUTOR

Declaração de autoria e autorização de publicação

Os textos deverão ser acompanhados de uma Declaração de Autoria e Autorização de Publicação, devidamente assinada.

Nota explicativa à declaração de autoria e autorização de publicação

Procedimentos de edição

No âmbito da presente matéria, a Revista “**Mens Juris**” considera pertinente solicitar a autorização de publicação das contribuições submetidas. A referida autorização visa proteger quer os interesses da Revista “**Mens Juris**”, quer os interesses dos autores.

A Revista “**Mens Juris**” tem a necessidade de assumir que as contribuições submetidas para a publicação estão disponíveis para disseminação generalizada pela audiência a que se destinam. É da responsabilidade dos autores, e não da Revista “**Mens Juris**”, determinar se a divulgação das contribuições requer o consentimento prévio de outras partes interessadas e, se for esse o caso, obtê-lo.

Se um autor utilizar na sua contribuição qualquer elemento que tenha sido publicado previamente e/ou com direitos registados por outra parte, a Revista “**Mens Juris**” presumirá, para os devidos efeitos, que foi obtida permissão para a sua utilização e que quaisquer créditos, direitos de autor, etc., são devidamente referidos na contribuição submetida para publicação.

Direitos dos Autores

Nos casos em que o trabalho desenvolvido e os correspondentes direitos de autor pertencerem à entidade por conta de quem este é feito, a Revista “**Mens Juris**” presumirá que o autor do trabalho possui uma autorização da entidade empregadora para os efeitos tidos por convenientes.

Trabalhos produzidos em colaboração

Nos trabalhos produzidos em colaboração, todos os colaboradores devem assinar a presente declaração; se um deles tiver poderes para representar os outros para estes efeitos, bastará a sua assinatura.

ENVIO DE ORIGINAIS

Os originais para publicação devem ser enviados, juntamente com a Declaração de Autoria e Autorização de Publicação devidamente assinada e digitalizada, para o correio eletrónico do diretor da Revista “**Mens Juris**”:

valterpintoferreira@gmail.com

Artigos aceites e recusados

Será comunicado aos autores por telefone e/ou correio eletrónico o resultado da avaliação dos artigos propostos para publicação.

Artigos Aceites

Os artigos aceites para publicação serão enviados aos autores para aprovação de eventuais alterações decorrentes do processo de edição e normalização de acordo com o estilo da revista.

Artigos recusados

Os originais dos artigos recusados não serão devolvidos, a menos que sejam solicitados pelos respetivos autores no prazo de seis meses.

Os artigos recusados podem ser reformulados e reenviados como novo trabalho.

Publicação de erros

A Revista “**Mens Juris**” não se responsabiliza pela publicação de erros no texto final dos artigos. A revisão e eventual correção das provas tipográficas será da exclusiva responsabilidade dos autores. As despesas das alterações no conteúdo, depois das provas tipográficas, serão por conta dos autores.

Os artigos são passíveis de revisão editorial, quando necessário, para eventuais correções de estilo e da forma.

Propriedade da Revista:

António Soares da Rocha, Abílio Machado Ferreira & Associados, Sociedade de Advogados, RL

Morada: Rua Arquitecto Cassiano Barbosa, 112-D, 1º andar, sala 1

Código Postal: 4100-009 Porto

Telefone / Fax: 222 004 052 / 222 023 135